

1 Ata da Reunião Ordinária do CMDCA realizada em 09 de Maio de 2023 às 14h00 na
2 Universidade Presbiteriana Mackenzie, situada na Av. Brasil, 1220 - Jardim Guanabara -
3 Campinas. Presentes: Titulares da Sociedade Civil: Ana Lúcia Batista – Vice- Presidente,
4 Flávio Levy, Adriana Arten, Ricardo Leite de Moraes, Patrícia Paes, Ana Flávia Luz.
5 Titulares do Poder Público: Maria Angélica Bossolane Batista – Presidente do CMDCA,
6 Marcelo Hennies – SMEL, Fernando Martins – SME, Pâmela C. Pereira – SMJ, . Suplentes
7 do Poder Público: Rejane Trautwein. Suplentes da Sociedade Civil: Miriã Lima.
8 Convidados: Yasmim Corrêa Crespo Macedo, Giovanna da Silva Amaro, Sophia Sobral
9 Sacamoto, Pedro Carvalho Pelotto, Mariana Rodrigues Aranda, Bruna Soares Ceccorini,
10 Luiza V. Ferreira Massaini, Amanda Martignago – Estudantes de Direito da Universidade
11 Mackenzie; Vera Lúcia Bruno – ESPRO Expediente: Angélica inicia com boas-vindas pela
12 reunião presencial e sugere que façamos uma apresentação. Temos nessa reunião os
13 estagiários da Universidade Mackenzie; Explica o que é o CMDCA, órgão deliberativo
14 sobre políticas públicas voltadas para crianças e adolescentes dentro do município; tem
15 o papel de fiscalizar o que o município faz e deixa de fazer (educação, saúde, cultura,
16 lazer, esporte, etc.); CMDCA é composto de conselheiros da sociedade civil e do poder
17 público e de forma paritária, trabalho voluntário; se organiza em reuniões que são só da
18 diretoria e também com o colegiado através de reunião ordinária; os conselheiros da
19 sociedade civil que fazem parte das organizações com inscrição no CMDCA e, os
20 conselheiros do poder público que são indicados pelos secretários de pasta que, após, o
21 Prefeito convalida essas indicações; Ana fortalece como funciona o CMDCA, tendo em
22 vista que o mesmo adveio da CF/88. Relata, também, sobre o Fundo Municipal dos
23 Direitos da criança e do adolescente, que é participação da sociedade que destina
24 determinado valor, bem como multas aplicadas pelo MP quando há violações de direitos
25 reconhecidas pelo judiciário; Para que haja equilíbrio de vozes no CMDCA, há uma
26 alternância de membros, como por exemplo, presidente do CMDCA, que ora, é indicada
27 pelo poder público, ora pela sociedade civil; Ana e Angélica, explicam quem vota no
28 CMDCA, quando o titular falta, quem vota é o suplente;
29 Começam a ordem de apresentação dos conselheiros e dos demais. Após às
30 apresentações. PAUTA: 1- Leitura, discussão e aprovação da ata da reunião ordinária de
31 11 de abril de 2023. Começam os trabalhos para aprovação. Angélica sugere a votação;
32 Aprovada com 12 votos. 2- Informes: 2.1- Justificativas de ausências- Maria José – Zezé,
33 Jeanne, Giovanna, Dra. Andrea. Ordem do dia: 1. Relatórios e balancetes do FMDCA
34 referentes ao meses de janeiro e fevereiro de 2023. Ana inicia com apresentação do slide
35 dos meses de janeiro e fevereiro; Angélica explica que o Cido da Prefeitura dá suporte

36 sobre o gerenciamento do Fundo; Sr. Levy, explica detalhadamente sobre os valores
37 expostos nos slides. Explica sobre o edital de chamamento; sobre como são destinados
38 os valores para as entidades cadastradas no CMDCA; Ana contextualiza a questão da
39 legislação sobre a destinação direta às entidades por conta de uma ação promovida pelo
40 Ministério Público Federal; Sr. Levy relata o saldo do mês de janeiro de 2023 de mais de
41 33 milhões de reais que estão no Fundo para serem objeto de repasse; se houve alguma
42 edital e apreciação de projetos com viés a criança e adolescente; reforça que por ser
43 dinheiro equiparado a dinheiro público há muita responsabilidade com o uso do mesmo.
44 Faz um esboço da destinação dos valores do fundo, cujo material fica armazenado para
45 consulta dos conselheiros, haja vista a dificuldade de colocar todos os detalhes em ata;
46 Ana chama atenção para alguns valores do fundo em equiparação à algumas
47 organizações – Capacidade de arrecadação das “OSC’s”; Ricardo da OSC Santa Lúcia
48 fortalece a explicação com relação aos valores para contemplar as entidades nos
49 projetos por elas a serem apresentados; Anglica sugere a aprovação dos meses janeiro e
50 fevereiro. Aprovada com 12 votos; 2. Inclusão de pauta pela Angélica: Aumento de
51 recurso para edital de chamamento- Angélica contextualiza a necessidade de qualificar
52 o edital; expõe o valor de 8 milhões, a princípio para o edital, porém por conta da
53 revogação da destinação dirigida, considerando isso, poderia fazer investimento de 10
54 milhões para os projetos do edital de chamamento; estão se esforçando para que o edital
55 seja já para o início do segundo semestre; Angélica sugere para votação, de 8 milhões
56 para 10 milhões de reais. Votação unânime de aprovação. Aprovado; 3. Termo de
57 Cooperação com a Universidade Mackenzie. Angélica explica o teor do termo de
58 colaboração de protocolo de intenções entre o CMDCA e a Mackenzie para que a
59 Universidade possa contribuir com as questões das políticas públicas dentro do CMDCA;
60 Ana faz leitura do documento; Angélica fortalece na explicação com relação aos pontos
61 do termo de colaboração, referente a Cláusula 2ª das ações de cooperação; Ressalta a
62 importância de ponderação em conjunto caso algum conselheiro queira compartilhar
63 com o termo de colaboração. Não havendo manifestação em contrário, Ana segue com a
64 leitura do documento; Feita a leitura completa do termo de colaboração, passamos a
65 votação, conforme sugerido pela Presidente Angélica: Votação unânime. Aprovada. 4.
66 Planejamento estratégico do CMDCA. Angélica faz um esboço sobre a organização do
67 CMDCA e do monitoramento das comissões do CMDCA, que nesse momento está sendo
68 feito pela ex-conselheira Flávia; sugere um simpósio para otimizar a participação das
69 pessoas; 5. Regimento Interno do Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e de
70 Proteção Social de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência de

71 Campinas – SP. Angélica relata a discussão sobre a escuta protegida; foi criado um grupo
72 de trabalho para olhar para essa demanda no município de Campinas; esse comitê
73 precisa ter um regimento para que possamos tomar conhecimento e realizar a votação.
74 Fernando faz um esboço sobre o documento onde relata a participação e apoio da Unicef
75 e mais...; há participação das redes. Fernando dá exemplo de não vitimizar a criança e
76 adolescente; é necessário escutá-los, e não a vítima ficar revisitando o ocorrido com a
77 violação de criança e do adolescente; esse comitê é para que a criança e o adolescente
78 sejam escutados apenas uma vez, tendo em vista elaboração do respectivo documento
79 de escutada especializada, isso para o sistema de direitos; Fernando faz a leitura do
80 regimento do Comitê de gestão colegiada da rede de cuidado e de proteção social de
81 criança e do adolescente; Angélica sugere que o documento vá para aprovação. Votação
82 unânime, aprovado por 12. 6. Congresso Internacional de Direitos Humanos na
83 Universidade de Coimbra/Portugal. Patrícia faz uma explanação sobre o congresso. 7.
84 Socialização das ações das seguintes Comissões: Jovem Aprendiz, Registro, Legislação e
85 Normas e, Comitê Gestor SIMASE. Ana Flávia relata sobre a Comissão do SIMASE; Ana
86 fala do momento decisivo pois tem construir outro plano, que já foi construído; Ana
87 disse que fez a contratação de uma supervisora externa que é muito aliada ao
88 planejamento estratégico; da importância de ter indicadores de avanço; quer
89 documentar o percurso do adolescente no cumprimento de medidas; quer uma pesquisa
90 diagnóstica do sistema de garantias de direitos; fez uma conversa com Dr Rubens da
91 delegacia especializada sobre os adolescentes em conflito com a lei; quais as formas de
92 abordagens que estão sendo feitas com os adolescentes ou houve diminuição de
93 adolescentes em conflito com a lei?; fala sobre a guarda amiga do adolescente, um
94 projeto em parceria com a UNICIF com treinamento com a guarda municipal – um
95 projeto; qual o real impacto desse projeto de guarda amigo do adolescente? Angélica
96 sugere um encaminhamento para saber mais sobre esse projeto mencionado pela Ana
97 Flávia. 8. Pedido de prorrogação do Termo de Fomento referente à Resolução CMDCA
98 nº029/2022 da OSC CPTI. Angélica faz uma contextualização sobre o assunto. A
99 diretoria já fez análise desse pedido; a proposta em si não traria nenhum ônus para a
100 execução da OSC; Ana faz uma explicação pormenorizada sobre o ofício emitido pela
101 OSC, isso para que fique mais claro para os membros do colegiado. A executiva teve
102 como parecer favorável, no entanto cabe ao colegiado a votação. Angélica sugere a
103 votação. 10 votos favoráveis e uma abstenção que é do Fernando e sr. Levy que precisou
104 sair. Sem mais a tratar, a reunião ordinária encerrou-se às 17h00 e, eu, Patrícia Paes,
105 assino como responsável pela elaboração da Ata.